



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO E CRISE: precarização do trabalho e informalidade no Brasil

David Moreno Montenegro¹

RESUMO

Discutiremos a conjunção dialética entre o processo de reestruturação produtiva e a flexibilidade, os processos de inovações tecnológicas, a fragmentação da produção, os rearranjos e organização da força de trabalho e a ampliação do universo do trabalho precário, aliado ao poder ideológico do discurso burguês como fomentadores da ampliação do fenômeno da informalidade no Brasil, fenômeno que busca conformar o capital em suas novas bases estruturais de acumulação e reprodução, agindo sobretudo na supressão da resistência dos trabalhadores e de suas organizações, camuflando a luta de classes e forjando um falacioso fim do antagonismo entre capital-trabalho.

Palavras-Chave: Reestruturação produtiva, Crise, informalidade

ABSTRACT

We will argue the conjunction dialectic enters the process of productive reorganization and flexibility, the technological processes of innovations, the spalling of the production, the rearrangements and organization of the work force and the magnifying of the universe of the precarious work, ally to the ideological power of the speech bourgeois as inductors of the magnifying of the phenomenon of the informality in Brazil, phenomenon that it searches to over all conform the capital in its new structural bases of accumulation and reproduction, acting in the suppression of the resistance of the workers and its organizations, camouflaging the fight of classrooms and forging a fallacious end of the antagonism between capital-work.

Keywords: Productive reorganization, Crisis, Informality

1 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO

Encontramos no início do século XX o modelo de acumulação fordista, um rígido padrão produtivo estruturado com base no trabalho parcelar e fragmentado, na ação mecânica e repetitiva, hierarquizado, com intensa decomposição de tarefas e extração de sobretrabalho, que podemos caracterizar como um conjunto de práticas econômicas, técnicas gerenciais, políticas e sociais que, atuando juntas, revelaram novas estratégias do capital para o asseguramento de sua reprodução ampliada (BOTELHO: 2000).

Não podemos olvidar de algumas peculiaridades do período referido que foram fundamentais para a expansão e consolidação do fordismo como modelo econômico; entre elas citamos a forte investida contra as resistências operárias radicais, a cooptação dos sindicatos, forte intervencionismo econômico estatal que passou a investir pesadamente em

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE

infra-estrutura, assumindo a onerosa função de investir no capital fixo, bem como o financiamento de grandes obras públicas na área de transportes, equipamentos de consumo de massas, etc. O Estado passou a figurar tanto como financiador do capital e da reprodução da força-de-trabalho quanto mantenedor da estabilidade econômica (Keynesianismo).² Essas medidas desempenharam importante papel na produção do espaço e na internacionalização do capital durante o desenvolvimento do fordismo, na medida em que estabelecem as condições para expansão do capital em escala mundial. Entretanto, o processo de elevação da composição orgânica do capital³ gerou um forte desequilíbrio na relação entre trabalho e capital empregados na produção capitalista.

Observou-se uma tendência de aumento contínuo de capital constante (meios de produção bem como os objetos da produção) em detrimento ao capital variável (força de trabalho). Seguiu-se como conseqüência imediata uma queda na taxa geral de lucro, afetando diretamente o *motor da produção capitalista* (BOTELHO: 2000) - cuja finalidade única é a valorização do capital – a taxa de lucro. A crise que se abateu sobre o rígido modelo fordista de acumulação impôs ao capital a necessidade da busca de novas alternativas de acumulação que recuperassem a produtividade do trabalho e taxas de lucro superiores. Dessa forma, a acumulação flexível⁴, a cooperação complexa⁵ e o chamado modelo japonês de produção (Toyotismo)⁶, momento predominante do processo de reestruturação produtiva, apresentam-se como manifestações concretas e necessárias da alternativa capitalista ao decadente modelo de produção capitalista predominantemente de tipo fordista/keynesiano. A era da acumulação flexível promove uma nova etapa do capitalismo mundial que tem como corolário a mundialização do capital. Agora “os agentes do capital em processo, as corporações transnacionais, não se identificam mais com

² Importante destacar que as ações de intervenção do Estado se verificaram tanto em nível local como nacional “através de medidas fiscais (taxação de propriedade, controle de aluguéis, concessões e subsídios), restrições legais (uso do solo, códigos de construção e regulamentações) e construção direta (de infra-estrutura, construções de casas e prédios públicos e na renovação urbana).” (GOSS apud BOTELHO: 2000)

³ A composição orgânica do capital “é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho” (Marx, Karl. O Capital, livro 1, Vol. II – São Paulo: Bertrand Brasil, p. 712).

⁴ “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. 2002. p. 140.)

⁵ “Nesta forma de produção de mercadorias, em que a economia se torna mais exponencialmente globalizada e financeirizada, os capitais passam a exigir maior mobilidade e, assim, maior liberdade de ação para investir ou desinvestir em qualquer ramo da economia, esteja este dentro ou fora de suas fronteiras de origem”. Teixeira, Francisco José Soares. A Cooperação Complexa. (Cooperação Complexa: Fronteira e Limite do Capital. 2005. p. 70)

⁶ “O “toyotismo” é uma forma de organização do trabalho concebida na Toyota Motor CO. a partir da década de 1950, cujos elementos constitutivos articulam a base sobre a qual emergem as características do desenvolvimento do capitalismo japonês, no pós-guerra. [...] São três as determinações que se destacam como elementos constitutivos na configuração do “toyotismo”: as modificações no processo de trabalho, os mecanismos institucionais e o sindicato-de-empresa.” (Oliveira, Eurenice. O Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. 2005. pp. 17/18)

nenhum tipo concreto de capital; tendem a existir como encarnações individuais de todas as formas de existência do capital: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria” (Alves: 2005, p. 20), pois esta é a forma encontrada por estas corporações de enfrentar a concorrência internacional e se apropriar do máximo valor produzido. Neste sentido o capital pode ser considerado como o “sujeito” da modernização capitalista (Alves, 1996). Para Teixeira, o atual momento de expansão da acumulação capitalista encontra barreiras estruturais intransponíveis, o capital “*bateu no teto*”, e tal evidência empírica pode ser encontrada em alguns fenômenos como a “Centralização do capital; Financeirização da riqueza; Predomínio crescente da produção de descartáveis; Elevação das taxas de desemprego; Precarização da força de trabalho” (TEIXEIRA: 2005).

O fenômeno da reestruturação produtiva que pode ser observado tanto na esfera da microeconomia como disseminado por todo o ambiente econômico nos impõe a necessidade de analisar as mudanças implementadas por este processo em nível da produção e dos novos arranjos dos processos de trabalho. Destacamos dois importantes aspectos: o primeiro nos mostra um incrível esforço do capital que, a partir de uma ótica setorial, empreende um forte processo de reorganização e reconversão de setores industriais, caracterizado por grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), modernização de setores dinâmicos (automobilísticos, máquinas e equipamentos, petroquímica), e o declínio de setores tradicionais – como o siderúrgico e o têxtil (Mattoso e Oliveira apud FILGUEIRAS, 2000); o segundo revela, a partir da observação dos processos de trabalho, a adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias como a microeletrônica e, por outro, novos padrões de gestão/organização (*just in time*) do trabalho (FILGUEIRAS, 2000).

Portanto, a reestruturação produtiva, sob a égide da mundialização do capital, traz em seu bojo um forte processo de flexibilização, este devendo ser compreendido como “*a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho*” (Alves: 2005), através de significativas mudanças que são implementadas em nível da produção, bem como da organização gerencial da força de trabalho, dos mercados de trabalho e da distribuição da produção e serviços financeiros. O aumento dos poderes de flexibilidade e mobilidade do capital em detrimento da rigidez fordista proporciona aos empregadores mais força para exercer pressões mais intensas de controle do trabalho sobre uma classe trabalhadora já enfraquecida e desarticulada.

Diante da volatilidade do mercado, da forte competição, agora mais internacionalizada, do encolhimento das margens de lucro, da fragmentação e enfraquecimento da organização dos trabalhadores em função da realocação e dispersão da força de trabalho e da grande mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados)

os padrões encontraram todas as condições para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis que, à primeira vista, parecem não agredir a classe trabalhadora. Entretanto, “os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo” (Harvey: 2004, p. 144).

2 DÉCADA DE NOVENTA: neoliberalismo, precarização do trabalho e informalidade no Brasil

O processo de reestruturação produtiva (iniciado por volta da década de 70) como resposta à crise do sistema fordista aliado ao processo de globalização (mais perceptível a partir dos anos 80) encontram na doutrina neoliberal seu mais adequado invólucro ideológico de sustentação política. As raízes da crise, segundo o pensamento neoliberal, estariam no poder excessivo e ‘nefasto’ dos sindicatos e do movimento operário que, através da pressão pelo aumento dos salários e asseguramento de garantias e proteções trabalhistas, ocasionava a inviabilidade da retomada e crescimento dos lucros, corroendo as bases de acumulação das empresas e fomentando um processo de explosão inflacionária. Portanto, acreditava-se na necessidade de se fundar uma “nova” máquina estatal, desmontando o pacto social-democrata.

Tais propostas encontraram “respaldo” teórico e expressão ideológica no trágico adágio “Fim da História”⁷, cunhado por Francis Fukuyama no início da década passada, que engendrou uma verdadeira idéia-síntese de toda a euforia liberal da década de 90. Sua tese afirmava que a história humana havia chegado ao fim na medida em que o capitalismo industrial se mostrava o ápice do desenvolvimento político e econômico, uma vez que o fim também havia chegado para suas ideologias antagônicas, ocaso historicamente marcado pela derrota do Fascismo e a derrocada do mundo comunista, o que atestaria a superioridade da economia de mercado e da democracia liberal frente a qualquer outra forma de organização social. Suas idéias foram, talvez, a expressão teórica mais acabada da guinada do capital rumo às transformações que buscariam restaurar patamares extraordinários de lucros tendo em vista as mudanças estruturais necessárias. Tal receituário é recebido no Brasil com entusiasmo, em especial por nossos representantes da

⁷ FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*, 1992. Importante se faz observar que o autor reconhecia que a perfeição não havia sido atingida pela sociedade humana e que mudanças sociais aconteceriam, entretanto acreditava que o mundo convergia para um mesmo padrão e tipo de organização político-econômica uma vez que o capitalismo liberal representava a melhor alternativa. Na verdade encontramos uma apologia ao sistema do capital, subscrevendo um delírio utópico da evolução da economia global cada vez mais distante de sua realização, desconsiderando e solapando a dinâmica contraditória do desenvolvimento histórico.

social-democracia, que seguem à risca a cartilha do que se convencionou chamar, depois de John Williamson⁸, de Washington Consensus⁹.

Neste contexto de mudanças estruturais o Plano Real assumiria papel fundamental ao funcionar como catalisador econômico que viabilizaria as mudanças subseqüentes em toda a estrutura funcional do Estado brasileiro, em sua esfera administrativa bem como em seu papel e desempenho econômico, com o escopo de introduzir o país na “era da modernização”, incorporando em sua proposta os preceitos neoliberais. Identificamos três pilares fundamentais (em âmbito da economia) de sustentação do Plano Real sob a orientação do Consenso de Washington: 1) manutenção de taxas de juros elevadas, 2) valorização artificial da taxa de câmbio (com paridade flexível frente ao dólar) e 3) abertura comercial generalizada.

O objetivo da primeira medida seria garantir um maior controle da inflação com conseqüente aumento da entrada de capital estrangeiro. Acreditava-se que a valorização da moeda facilitaria o investimento interno, elevação e barateamento das importações com tendente queda generalizada dos preços dos produtos internos, incluídos aí as matérias-primas e, por fim, o incentivo incondicional à concorrência de mercado garantiria a circulação de mercadorias e crescimento do mercado brasileiro. O objetivo almejado era o crescimento econômico, fim que seria responsável por transformar a realidade da sociedade brasileira.

Mudanças na estrutura administrativa do Estado e legislação seriam imprescindíveis para a consecução das modificações econômicas propostas. Seguiriam então as “reformas constitucionais” (Malaguti: 2001, p. 43). Diminuição dos gastos do Estado com pessoal, enxugamento da máquina administrativa (reforma administrativa), redução dos gastos com aposentados e pensionistas, e com a seguridade social em geral (previdência social, saúde e assistência social), além da reforma fiscal baseada na redução de impostos sobre a pessoa jurídica com correspondente compensação na cobrança de novas taxas sobre os rendimentos do trabalho.

Os efeitos de tais medidas foram visivelmente trágicos para a economia nacional e, principalmente, para a classe trabalhadora. A abertura sem controle das fronteiras de mercado e o incentivo irracional à concorrência desconsideravam as desigualdades imanentes aos atores em questão, gerando competição desleal, mormente após a entrada

⁸ WILLAMSON, John. *Latin American Adjustment: How Much Has Happened*, Institute For International Economics, Washington, DC, 1990.

⁹As políticas neoliberais consolidadas através do Consenso de Washington possuíam em sua agenda os seguintes pontos: “*combate à inflação através de planos alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura econômica com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros além das mudanças administrativas e estruturais dos Estados, com destaque para o incentivo às privatizações e quebra dos monopólios estatais*” (Filgueiras, Luís. *História do Plano Real* - São Paulo: Boitempo, 2000).

maciça dos países estrangeiros com níveis de desenvolvimento mais elevado. As altas taxas de juros impediam o desenvolvimento e crescimento do mercado interno, o que dificultou e praticamente inviabilizou a criação de novos postos de trabalho por empresas nacionais, o que acentuou as taxas de desemprego. Todo esse quadro facilitou a entrada de capital estrangeiro corporificado em grandes conglomerados econômicos que passaram a explorar pesadamente nossa força-de-trabalho. O capital transnacional em seu *deslocamento expansionista*¹⁰, portador de um novo complexo estrutural de organização e produção confere nova dinâmica ao processo de acumulação do capital, exigindo um novo patamar de relações entre capital e trabalho com vistas ao estabelecimento de um *continuum* processo de expansão e auto-reprodução.

O quadro de recessão e estagnação econômica e total subsunção ao capital externo, em boa parte especulativo, selaram o destino de milhões de homens e mulheres. Uma enorme massa de trabalhadores passou a ser vista como desqualificada. Com efeito, vítimas de um processo de reorganização produtiva sob os novos padrões de acumulação do capital, em decorrência do processo de descentralização produtiva que acompanha as novas demandas do novo complexo de reestruturação em curso.

A exclusão, o desemprego, a marginalização e o subemprego são elementos importantes para a compreensão de um fenômeno que vem alterando a composição, formação e distribuição da força de trabalho em nosso território: a informalidade. Trabalhadores à deriva, tendo sua força-de-trabalho transformada em supérflua, desprotegidos da legislação, pois não mais possuem vínculos empregatícios formais ou qualquer forma de proteção social, sofrendo total degeneração e precarização de sua força-de-trabalho. Encontramos então “(...) Neste cenário de desprezo pelos direitos de cidadania (...) de degradação do poder aquisitivo e da qualidade de vida, de marginalização de largos segmentos da população, de desmantelamento das organizações dos trabalhadores e de crescentes níveis de desemprego, (...) o fenômeno da informalidade” (Malaguti: pp. 62, 63).

É a partir da década de 1990 que observamos a intensificação do crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades do país. Junto a este processo desenvolve-se também o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentado pela legislação trabalhista que podem ser compreendidas, numa apreensão mais ampla, como participantes de um contexto largo de precarização do trabalho. Tais transformações no mundo do trabalho tornaram a realidade vivida pelo trabalhador cada vez mais complexa, exigindo um esforço ainda maior para a compreensão exata dos fenômenos em curso. Na

¹⁰ Em *Para Além do Capital*, István Mészáros alerta que tais deslocamentos do capital tiveram seu ápice nas décadas de 70 e 80, ‘sob as condições de sua ascendência histórica’, sendo possível dessa forma administrar seus antagonismos internos inerentes ao seu modo de controle. Entretanto, adverte que “*agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável*”. (2002: 343)

tentativa de compreender estes fenômenos em sua complexidade, Malaguti propõe a utilização da categoria da informalidade em detrimento do conceito de “setor informal”, pois considera este bastante restrito para dar conta das novas determinidades da informalidade. Aponta para a necessidade de se criar novos instrumentos de análise capazes de *“detectar e compreender esta nova padronização do mercado e da legislação do trabalho, em toda sua complexidade, desvendando sua lógica, suas formas de reprodução, as redes de sociabilidade que engendra”* (Malaguti, 2001, p. 81).

Alerta para o fato do setor formal e informal ser indissociáveis, na medida em que são práticas que no cotidiano se interpenetram e condicionam. Evoca, para tanto, a forte interdependência entre trabalhadores do setor formal e informal ao se considerar os movimentos de mercado, pois, numa análise mais ampla, percebemos que os rendimentos dos últimos dependem fundamentalmente do crescimento e expansão da renda dos trabalhadores do setor formal. Dessa forma, a renda dos trabalhadores informais tem decaído nos últimos anos em razão da diminuição do poder de compra dos assalariados e do crescente desemprego. Portanto, à medida que se desenvolvem cada vez mais as empresas capitalistas, os empregos lá gerados e os níveis de rendimentos aumentam no setor formal, mais propício se torna o mercado para o fomento de práticas e atividades informais. Entretanto, por outro lado, nos momentos de crise, assistimos a um processo de retração dessas atividades (Dedecca apud Tavares: 2006).

Junto à expansão das atividades informais difunde-se um forte apelo ideológico no sentido de legitimar tais práticas laborativas, camuflar os conflitos de classe e o aguçamento do processo de exploração da força de trabalho através da cunhagem do termo “empreendedorismo¹¹”. Até mesmo questões como o desemprego, que revela uma impossibilidade estrutural de ser enfrentado por limites da própria lógica capitalista, são tomadas pelas personificações do capital que buscam justificá-lo a partir de fatores externos como a falta de qualificação dos trabalhadores, resgatando antigas formas de trabalho precário, mas, dessa vez, sob o invólucro da autonomia e independência, movimento ainda corroborado pelo recuo do aparato jurídico que imprime legalidade a formas de trabalho precário que sob vários aspectos (clandestinidade, segurança, ausência de proteção social, etc.) montam um quadro de ilegitimidade (Tavares e Alves, 2006).

Porém, analisando de forma rigorosa, percebemos que a informalidade cumpre papel fundamental no atual processo de acumulação do capital sob o paradigma da acumulação flexível, na medida em que a flexibilização das relações de trabalho tendem a enfraquecer ainda mais a organização dos trabalhadores e suprimir direitos históricos como

¹¹ Os apologistas da atual ordem, numa clara tentativa de impedir a intelecção da realidade, buscam apontar no “novo” tipo de trabalhador, agora “autônomo”, que trabalha por conta própria e não mais está sujeito a padrões rígidos de produção e desenvolvimento de suas atividades, uma nova era do desenvolvimento do capitalismo, com mais oportunidades, negando o conflito de classes e o imaneente antagonismo da relação capital-trabalho.

forma de evitar pressões reivindicativas e desonerar o capital de “gastos” excessivos com material humano, fortalecendo o capital através da criação de inúmeras formas precárias de trabalho, aumentando e aprofundando a exploração do trabalhador, como forma de proporcionar ao capital maiores condições de atender às novas exigências da economia de mercado.

Entendemos que a conjunção dialética entre o processo de reestruturação produtiva e a flexibilidade, os processos de inovações tecnológicos, a fragmentação da produção, os rearranjos e organização da força de trabalho e a ampliação do universo do trabalho precário, aliado ao poder ideológico do discurso burguês fomentam o aumento do fenômeno da informalidade e buscam conformar o capital em suas novas bases estruturais de acumulação e reprodução, agindo sobretudo na supressão da resistência dos trabalhadores e de suas organizações, camuflando a luta de classes e forjando um falacioso fim do antagonismo entre capital-trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do trabalho – Reestruturação Produtiva e crise do Sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

BOTELHO, Adriano. **Do Fordismo à Produção Flexível: A produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital**. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal – A Imaterialidade do Salarizado**. São Paulo: Boitempo Editora, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

OLIVEIRA, Eurenice de. **O Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **A Cooperação Complexa**. Fortaleza, CE. 2005. Tese de Doutorado. FAEC. UFC.